



ACÇÃO SOCIALISTA



VIEIRA DA SILVA
"ESTE É UM
ORÇAMENTO
DE FIM DE
CICLO"
PÁGS. 8 E 9

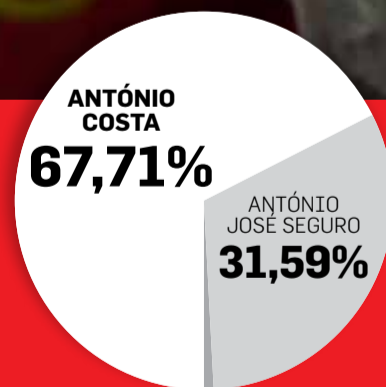


GP/PS
NOVA
DIREÇÃO
DA BÂNCADA
SOCIALISTA
PÁG. 10



"ESTE É O PRIMEIRO
DOS ÚLTIMOS DIAS
DO GOVERNO"

ANTÓNIO COSTA VENCE PRIMÁRIAS



PÁGS. 4 E 5

SUPLEMENTO XX CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA
REGULAMENTOS, MAPA CRONOLÓGICO

Quente & Frio

A ESCALDAR

A confissão de um fracasso

O Grupo Parlamentar do PS decidiu por unanimidade votar contra a proposta do Orçamento do Estado para 2015.

Os socialistas acusam o Governo de ter apresentado uma proposta com "pouca ou nenhuma credibilidade" e de duvidosa execução.

Para António Costa, este OE não apresenta qualquer sinal de inversão da política económica, sendo o último de um Governo "esgotado e sem soluções". Um Governo que, para Costa, "não gera nem estabilidade, nem confiança".

QUENTE

Não entramos nesse comboio

Reagindo ao "canto da sereia" sobre os apelos aos compromissos do primeiro-ministro, o novo líder da bancada socialista, Ferro Rodrigues, foi claro ao afirmar: "Então muito enganados se pensam que depois do que fizeram ao país durante os últimos três anos, vão atrelar o PS a este comboio do empobrecimento e da austeridade".

Se querem discutir alternativas, disse Ferro Rodrigues, poderão colocar todas as questões diretamente a António Costa, "quando estiver ali sentado", apontando para a bancada do Governo e para o lugar onde estava Passos Coelho.

FRIO

Meter os pés pelas mãos

A idade não perdoa. Ou é falta do mais elementar sentido de Estado ou pura ignorância. Rui Machete, ministro dos Negócios Estrangeiros, é um erro de casting.

Vir a público, como fosse o assunto mais banal deste mundo, revelar informações supostamente ultrassecretas sobre os portugueses ou portuguesas que se deixaram encantar pelos apelos do autodesignado Estado Islâmico e que agora pretendem voltar ao país, se não fosse um caso de uma enorme gravidade, dava para ter apenas pena do homem que puseram à frente do MNE.

Razão tem o deputado socialista Marcos Perestrello quando classifica as declarações do ministro de "enorme gravidade" e de "irresponsáveis".

GELADO

Caos no ensino

Provavelmente é o pior ministro da Educação desde o 25 de abril de 1974.

Nunca as escolas, professores, alunos e encarregados de educação tinham presenciado e sentido tamanha balbúrdia.

A colocação de professores, então, atingiu o grau zero do disparate e da trapalhada. Ter mantido e insistido em que Nuno Crato continuasse à frente do Ministério da Educação, torna o primeiro-ministro igualmente cúmplice da exponencial degradação em que se encontra a escola pública.

R.S.A.



PS contra enfraquecimento do Conselho das Comunidades Portuguesas

AS MUDANÇAS de funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) propostas pelo Governo de direita resultarão num "distanciamento e "enfraquecimento" deste órgão, cuja eficácia pode ser prejudicada com frequentes alterações legislativas.

Este alerta expresso num parecer elaborado pelo deputado socialista Paulo Pisco no qual é sublinhado que "a continuação da indefinição relativamente ao financiamento do CCP e a extinção das comissões especializadas fragilizam sobremaneira a atividade do Conselho das Comunidades, que tem funcionado de forma aleatória

em função das disponibilidades financeiras e da vontade do membro do Governo responsável por esta área".

O deputado lamenta o fim das comissões especializadas, que considera "uma perda grave quanto à capacidade do CCP poder cumprir cabalmente a sua missão de órgão de consulta do Governo".

Por outro lado, avisa, "o Conselho das Comunidades precisa de estabilizar com regras claras e com um financiamento que lhe permita efetivamente saber com o que pode contar ao longo de todo o seu mandato. E também não contribui em nada para a eficácia do CCP haver uma alteração da lei de cada vez que

muda o Governo".

A concluir, Paulo Pisco destaca que o diploma do Governo representa um distanciamento do Conselho das Comunidades relativamente ao Executivo, "porque continua sujeito à indefinição financeira para o seu funcionamento e porque perde a sua capacidade de especialização em temas de relevância para as comunidades", à Assembleia da República, uma vez que as reuniões do Conselho Permanente deixam de realizar-se neste local, e às estruturas diplomáticas, uma vez que deixa de haver a obrigatoriedade de reuniões com diplomatas e técnicos das embaixadas. ■ M.R.

ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



11 DE OUTUBRO DE 1984

PS TEM O MELHOR CANDIDATO AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A manchete do "Acção Socialista" de 11 de outubro de 1984 era dedicada ao tradicional jantar comemorativo do 5 de outubro, em Alenquer, onde o então líder socialista, Vítor Constâncio, afirmava que "o PS tem o melhor candidato às eleições presidenciais de 1985", numa referência ao camarada Mário Soares.

Na primeira página do órgão oficial do PS, era dado ainda destaque à afirmação do general Sarmento Pimentel, grande figura da República e da Democracia, que defendia também que Mário Soares devia ser Presidente da República. ■ J. C. C. B.



PS não alinha com austeridade da direita

Na sua primeira intervenção em debates quinzenais como líder da bancada socialista, Eduardo Ferro Rodrigues deixou clara a posição socialista sobre os apelos a compromisso feitos pelo primeiro-ministro, vincando que o PS não andar­á a reboque da austeridade da direita.

“ESTÃO muito enganados se pensam que, depois do que fizeram ao país durante os últimos três anos, vão atrelar o PS a este comboio do empobrecimento e da austeridade”, avisou o presidente do Grupo Parlamentar do PS. Ferro Rodrigues começou por responder às críticas anteriores da bancada do PSD sublinhando que “hoje quem tem de responder é o primeiro-ministro e os partidos da maioria”. “Os deputados do PSD poderão colocar essa questão diretamente a António Costa, quando estiver ali sentado”, afirmou, apontando para a bancada do Governo e para o lugar de Passos Coelho. “Mas se tiverem grande ansie-

dade em discutir alternativas, então estou convencido que, se o primeiro-ministro o desafi­ar, António Costa aceitará um debate com todo o gosto”, acrescentou o líder parlamentar do PS. Depois, Ferro Rodrigues confrontou Pedro Passos Coelho com os problemas recentes nas áreas da Educação e da Justiça e também com o aumento da pobreza. “O Governo está esgotado e com ele o país está a esgotar-se. Nas últimas semanas houve a instalação da ideia de incompetência com a tragédia da colocação de professores na educação e com a paralisação grave do sistema de justiça. Mas haverá só incom-

petência? Penso que há acima de tudo falta de respeito pelas pessoas”, acusou o líder da bancada. Ferro Rodrigues advertiu que, tratando-se ou não de minorias que se encontrem a ser afetadas, estão em causa questões como os direitos, as legítimas expectativas e o respeito pelo Estado de Direito e pela Constituição. A concluir, o líder da bancada socialista responsabilizou ainda o Governo de direita pela redução das prestações sociais num momento em que se verifica um aumento da pobreza, denunciando que o Executivo Passos-Portas pretende retirar o Estado do papel de combate às desigualdades. ■

EDITORIAL UNIR PARA GANHAR PORTUGAL

MARCOS SÁ
[marcos.sa.1213](https://twitter.com/marcos.sa.1213) [@marcossa5](https://facebook.com/marcossa5)



“ A tarefa primeira de todos os socialistas é estarmos mobilizados em torno da nova direção para que o PS ganhe as próximas eleições legislativas com uma margem confortável

O PS foi mais uma vez pioneiro: realizou as primeiras eleições primárias para a escolha do candidato socialista a primeiro-primeiro, aberta a militantes e simpatizantes. Esta iniciativa constituiu um êxito pela forte participação e já é considerada mais um momento histórico do nosso partido.

A escolha foi feita de forma clara e o camarada António Costa é o nosso candidato a primeiro-ministro.

Agora é tempo de todos estarmos unidos e cerrarmos fileiras na construção de uma alternativa progressista ao Governo mais à direita da nossa história democrática.

Na noite em que venceu as eleições primárias, António Costa afirmou que “este é o primeiro dos últimos dias do Governo!”. E nós, socialistas, temos essa convicção. Mas o poder nunca caiu do céu e por isso não podemos facilitar. Temos todos que arregaçar as mangas e trabalhar em nome do futuro dos nossos filhos e do nosso país!

Por isso, a tarefa primeira de todos os socialistas é estarmos mobilizados em torno da nova direção para que o PS ganhe as próximas eleições legislativas com uma margem confortável que lhe permita governar o país com um programa que ponha o acento tónico no crescimento, a par de uma consolidação saudável das contas públicas e salvaguardando os pilares do nosso Estado Social.

Os recentes e infelizes acontecimentos em dois pilares fundamentais do nosso regime democrático como a Justiça e a Educação, onde o caos e a balbúrdia se instalaram, mais do que porem a nu a incompetência de alguns membros deste Governo, demonstram que estamos perante um Governo esgotado e em fim de ciclo.

O PS saberá mais uma vez estar à altura dos desafios, honrar a sua história e defender o legado que nos deixaram todos os seus líderes. ■

ANTÓNIO COSTA VENCE PRIMÁRIAS

“Este é o primeiro dos últimos dias do Governo”

“Este é o primeiro dia dos últimos dias deste Governo”, afirmou o vencedor das eleições primárias para a escolha do candidato socialista a primeiro-ministro, António Costa, salientando que os resultados do sufrágio não representam “a derrota de ninguém, antes a vitória de todos os simpatizantes e militantes do PS”.



DO SUFRÁGIO, que teve uma forte participação da família socialista, resultou ainda, sublinhou António Costa, uma “importante manifestação da vitalidade do PS” e o “reencontro” do partido “com a sua identidade e a sua abertura à participação dos cidadãos”.
Numa intervenção de cerca de

oito minutos num lotado Fórum Lisboa, o vencedor das primárias do PS disse que “hoje saímos daqui mobilizados e unidos. E concentrados no nosso dever de sermos a oposição que este governo merece e a alternativa que Portugal precisa”.
Os militantes e simpatizantes, acrescentou o presidente da

Câmara de Lisboa, “fizeram ouvir de forma clara e inequívoca” a “força da vontade de mudança para Portugal”.
No seu discurso de vitória, António Costa encontrava-se ladoado pelo mandatário da campanha, Carlos César, a diretora de campanha, Ana Catarina Mendes, o ex-líder do parti-

ANTÓNIO COSTA

As eleições primárias foram “uma importante manifestação de vitalidade do PS”

do Ferro Rodrigues e o histórico socialista Manuel Alegre.
O candidato socialista a primeiro-ministro deixou rasgados elogios ao trabalho da comissão eleitoral presidida por Jorge Coelho e realçou “a notável mobilização” do eleitorado “em todo o país e nas comunidades portuguesas no mundo”. ■ **J. C. C. B.**

Seguro demite-se de secretário-geral

Cerca de duas horas depois do fecho das urnas das eleições primárias para a escolha do candidato socialista a primeiro-ministro, António José Seguro anunciou a sua demissão do cargo de secretário-geral do PS, adiantando que regressará à condição de militante de base.



“CESSO HOJE as funções de secretário-geral do PS”, afirmou, numa breve declaração na sede nacional, onde felicitou António Costa pelo triunfo neste ato eleitoral e manifestou-se “orgulhoso” pela realização das primeiras eleições primárias em Portugal, que

disse serem “a melhor comemoração” dos 40 anos do 25 de abril de 1974.
“Agradeço aos que deram muito do seu trabalho e disponibilidade para garantir a concretização das primárias, em particular a sua comissão eleitoral [presidida por Jor-

ge Coelho]. Felicitamos democraticamente o dr. António Costa e todos os que ganharam estas eleições. Em democracia ganha as eleições quem tem mais votos e nós respeitamos os resultados destas eleições primárias. O candidato a primeiro-ministro do PS está es-

colhido, ponto final”, disse o secretário-geral demissionário do PS.
“Conseguimos duas vitórias consecutivas contra a coligação de direita [PSD/CDS]. Não foi tarefa fácil. Pela primeira vez, em 40 anos, enfrentámos um Governo, uma

maioria e um Presidente [da República] de direita. Como se não fosse já bastante, juntou-se um presidente da Comissão Europeia do mesmo partido e um memorando [da troika]”, salientou ainda o secretário-geral demissionário do PS. ■ **J. C. C. B.**

RESULTADOS PRIMÁRIAS 2014

	INSCRITOS	VOTANTES	ANTÓNIO COSTA	ANTÓNIO JOSÉ SEGURO	BRANCOS	NULOS	ABSTENÇÃO
TOTAL	250 862	178 390	120 790	56 353	666	581	72 472
%		71,11%	67,71%	31,59%	0,37%	0,33%	28,89%

FEDERAÇÕES APURADAS	23	CONCELHOS APURADOS	309	SECÇÕES APURADAS	609
----------------------------	----	---------------------------	-----	-------------------------	-----

DESCRIÇÃO	INSCRITOS	VOTANTES		ANTÓNIO COSTA		ANTÓNIO JOSÉ SEGURO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
AÇORES	8 270	4 502	54,44%	3 898	86,58%	566	12,57%	31	0,69%	7	0,16%	3 768	45,56%
ALGARVE	6 702	5 025	74,98%	4 055	80,70%	934	18,59%	23	0,46%	13	0,25%	1 677	25,02%
AVEIRO	11 190	8 338	74,51%	5 883	70,56%	2 387	28,63%	47	0,56%	21	0,25%	2 852	25,49%
BAIXO ALENTEJO	2 957	2 408	81,43%	1 504	62,46%	892	37,04%	4	0,17%	8	0,33%	549	18,57%
BRAGA	22 403	15 901	70,98%	8 936	56,20%	6 821	42,90%	81	0,51%	63	0,39%	6 502	29,02%
BRAGANÇA	3 797	2 798	73,69%	1 996	71,34%	790	28,23%	11	0,39%	1	0,04%	999	26,31%
CASTELO BRANCO	6 000	4 568	76,13%	2 537	55,54%	1 991	43,59%	16	0,35%	24	0,52%	1 432	23,87%
COIMBRA	15 456	10 681	69,11%	7 022	65,74%	3 590	33,61%	30	0,28%	39	0,37%	4 775	30,89%
ÉVORA	2 392	1 995	83,40%	1 516	75,99%	472	23,66%	6	0,30%	1	0,05%	397	16,60%
GUARDA	5 336	4 131	77,42%	1 571	38,03%	2 528	61,20%	14	0,34%	18	0,43%	1 205	22,58%
LEIRIA	5 647	4 453	78,86%	3 058	68,67%	1 362	30,59%	17	0,38%	16	0,36%	1 194	21,14%
LISBOA – FAUL	48 208	36 742	76,22%	31 886	86,78%	4 685	12,75%	87	0,24%	84	0,23%	11 466	23,78%
LISBOA – FRO	1 875	1 488	79,36%	1 198	80,51%	280	18,82%	5	0,34%	5	0,33%	387	20,64%
MADEIRA	6 004	2 882	48,00%	1 736	60,24%	1 123	38,97%	5	0,17%	18	0,62%	3 122	52,00%
PORTALEGRE	3 180	2 575	80,97%	2 035	79,03%	526	20,43%	9	0,35%	5	0,19%	605	19,03%
PORTO	58 817	38 547	65,54%	20 276	52,60%	17 916	46,48%	173	0,45%	182	0,47%	20 270	34,46%
SANTARÉM	6 457	5 021	77,76%	3 599	71,68%	1 385	27,58%	26	0,52%	11	0,22%	1 436	22,24%
SETÚBAL	14 357	11 052	76,98%	8 745	79,13%	2 253	20,39%	26	0,24%	28	0,24%	3 305	23,02%
VIANA DO CASTELO	3 703	3 010	81,29%	1 794	59,60%	1 192	39,60%	16	0,53%	8	0,27%	693	18,71%
VILA REAL	6 130	4 262	69,53%	2 835	66,52%	1 409	33,06%	8	0,19%	10	0,23%	1 868	30,47%
UIXÉ	10 694	7 522	70,34%	4 434	58,95%	3 043	40,45%	28	0,37%	17	0,23%	3 172	29,66%
EMIGRAÇÃO – EUROPA	748	335	44,79%	191	57,01%	141	42,09%	3	0,90%	0	0,00%	413	55,21%
EMIGRAÇÃO - FORA DA EUROPA	539	154	28,57%	85	55,19%	67	43,51%	0	0,00%	2	1,30%	385	71,43%

Preparar alternativa à direita

Passadas as primárias, com a vitória de António Costa, um PS unido prepara-se agora para o combate das legislativas. Antes haverá ainda lugar para as diretas e para o Congresso a realizar em Lisboa nos dias 29 e 30 de novembro.



OS PRIMEIROS passos do novo líder socialista têm assumido um caráter cauteloso, mas firme, com a preocupação clara de uma gestão interna de equilíbrios e de união entre os seus apoiantes e os do anterior secretário-geral.

Depois de ter sido eleito, no passado dia 28 de setembro, em eleições primárias candidato socialista a primeiro-ministro, António Costa tem vindo a desdobrar-se num conjunto diversificado de reuniões numa clara manifestação de que vestiu a pele de líder da oposição.

Encontro com economistas

No dia em que o PS anunciou o voto contra o Orçamento do Estado (OE) para 2015, e na véspera de apresentação do projeto de resolução sobre a reestruturação da dívida pública, António Costa, acompanhado por Ferro Rodrigues, Vieira da Silva, João Galamba e Pedro Nuno Santos, reuniu com vários economistas para conversar sobre a situação económico/financeira do país.

Entre as cerca de duas dezenas de personalidades convidadas para debater com o PS os assuntos económicos e financeiros estiveram, entre outros, João Cravinho, Luís Campos e Cunha, as eurodeputadas Maria João Rodrigues e Elisa Ferreira, Pedro Marques, Pedro Lains, Ricardo Cabral (o economista que juntamente com Ferro Rodrigues, Pedro Nuno San-

tos e Francisco Louçã, entre outros, assinou um guia para a reestruturação da dívida soberana portuguesa), Manuel Caldeira Cabral, Brandão de Brito, Luís Nazaré, Carlos Costa Pina, Paulo Trigo Pereira e Emanuel dos Santos.

Dos diversos assuntos abordados nesta reunião, para além da reestruturação da dívida, o debate centrou-se sobretudo no OE para 2015, apresentado dias antes pelo Governo e sobre o qual o PS anunciou o voto contra.

Quanto à proposta sobre a reestruturação da dívida o PS pretendeu que deste encontro saísse um primeiro esboço para um debate mais alargado que incluía, por um lado, as propostas avançadas pelo manifesto dos 74, e, por outro lado, outras opiniões que possam contribuir para soluções de forma estruturada, designadamente apontando exemplos seguidos por outros países.

António Costa recebido em Belém

Inédito foi o encontro entre o Presidente da República e um candidato a primeiro-ministro, que ainda não é oficialmente o líder de um partido, facto a que não será estranho, certamente, a singularidade do processo que elegeu António Costa no passado dia 28 de setembro nas primárias socialistas.

Apesar de não ter ficado evidente de quem partiu a iniciativa deste encontro, ambos foram unânimes em declarar aos

jornalistas tratar-se de "uma convergência de vontades".

PS prepara estratégia

O candidato a secretário-geral socialista promoveu, na sede nacional, uma reunião conjunta entre os responsáveis que estão a trabalhar na Agenda para a Década, os coordenadores do LIPP/Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal e os signatários da Convenção Novo Rumo.

Na reunião, em que participaram cerca de 50 responsáveis destes grupos, António Costa

processo de fusão dos vários documentos elaborados pelo PS, afigura-se de extrema importância que estes contributos sejam valorizados, "integrando as pessoas que têm estado a trabalhar nas diversas frentes" de modo a que "reflitam o pensamento e as propostas do conjunto dos socialistas, e não apenas encarados como documentos e propostas do António Costa".

Reunião com Grupo Parlamentar

O líder socialista reuniu com o

para 2015, com Vieira da Silva a apontar, entre outras, as causas do aumento da carga fiscal e os "pressupostos dificilmente concretizáveis" do crescimento.

Na sua intervenção, António Costa garantiu à bancada socialista estarem criadas as condições para a reconciliação interna e para uma boa articulação entre a futura direção do partido e o grupo parlamentar. Já aos jornalistas, Costa criticou o Governo pelo "clima de instabilidade que transmite ao país", não afastando a ideia de



Os socialistas defendem que seja o Parlamento a promover um processo de audição pública para avaliação do impacto da dívida e para o problema do endividamento

salientou que o encontro se inseriu num processo mais vasto que tem em vista a preparação de um conjunto de propostas a apresentar no Congresso de 29 e 30 de novembro próximo em Lisboa.

Para Maria Manuel Leitão Marques, coordenadora da moção de António Costa nas eleições primárias e responsável pelo

Grupo Parlamentar, tendo ali anunciado o nome do deputado que escolheu para substituir Ferro Rodrigues na vice-presidência da Assembleia da República, indicando o histórico do partido, Miranda Calha.

Ouviu, depois, as razões que justificaram a decisão, por unanimidade, do voto contra do PS ao Orçamento do Estado

"eleições antecipadas". Este Governo, defendeu ainda António Costa, tinha um único objetivo: cumprir a rigor o programa da troika, do BCE, do FMI e da Comissão Europeia. Com o afastamento destas entidades, "nada mais tem a dizer aos portugueses", não conseguindo sequer, "concluir bem esta legislatura". ■ **R.S.A.**



NOVA DIREÇÃO DA BANCADA SOCIALISTA

Qualidade e diversidade

O presidente do Grupo Parlamentar do PS, Ferro Rodrigues, afirmou que procurou constituir uma direção da bancada que traduzisse "qualidade" e "diversidade", sublinhando que conta com "todos" os deputados socialistas.

NUMA CARTA dirigida aos deputados do PS, logo após ter aceitado o convite do camarada António Costa para liderar a bancada socialista, Ferro Rodrigues deixou "uma palavra de agradecimento" ao seu antecessor no cargo, Alberto Martins, e explicou os motivos que o levaram a aceitar o cargo de presidente do Grupo Parlamentar.

"Aceitei o convite do nosso camarada António Costa para apresentar a minha candidatura a presidente do Grupo Parlamentar do PS e, desta forma, abandonar a vice-presidência da Assembleia da República, porque estou plenamente convicto que o momento que vivemos exige de todos nós o melhor do nosso esforço", escreveu o ex-secre-

tário-geral do PS.

Segundo Ferro Rodrigues, "Portugal atravessa um período de sérias e profundas dificuldades como raramente o país enfrentou em democracia", com "uma economia enormemente debilitada, sistemas sociais fragilizados e empobrecimento generalizado" resultantes "da ação de um Governo que apenas soube acrescentar problemas a uma crise europeia de enorme dimensão".

"Apresento-vos uma direção do Grupo Parlamentar que procurei que traduzisse a qualidade e a diversidade que nos caracteriza", disse, acrescentando que conta com todos os deputados socialistas "para as difíceis batalhas que iremos travar".

Na sua missiva, o ex-líder socialista mostrou-se convicto que poderá contar com a "vontade e disponibilidade para a construção de uma alternativa política que só o PS pode liderar".

Resposta progressista

"A necessidade de construir uma resposta progressista a esta situação interpela diretamente o PS", disse, salientando que o nosso partido demonstrou nas primárias "possuir a capacidade para o fazer".

"A batalha parlamentar é de enorme importância neste período que antecede as eleições legislativas. Cabe-nos a nós, deputadas e deputados eleitos pelo PS estar à altura das nossas responsabilidades", acrescentou. ■ **J.C.C.B.**

FERRO ELEITO POR LARGA MAIORIA

Ferro Rodrigues foi eleito presidente do Grupo Parlamentar do PS com 69% dos votos.

De acordo com os números oficiais da eleição, votaram 65 dos 74 deputados, com a lista proposta por Ferro Rodrigues a obter 45 votos a favor (69%, 11 contra (17%), seis brancos (9%) e três nulos (5%).

A direção do Grupo Parlamentar do PS, li-

derada por Ferro Rodrigues, integra como novidades os nomes de Inês Medeiros, Isabel Santos, Vieira da Silva, João Paulo Correia, Jorge Fão, e Luís Pita Ameixa. Continuam nos cargos de vice-presidentes da bancada socialista Ana Catarina Mendes, Hortense Martins, Marcos Perestrello, Mota Andrade, Pedro Nuno Santos e Sónia Fertuzinhos.

A LISTA DE FERRO



Ferro Rodrigues PRESIDENTE



Vieira da Silva



Ana Catarina Mendes



Pita Ameixa



João Paulo Correia



Inês Medeiros



Jorge Fão



Marcos Perestrello



Hortense Martins



Mota Andrade



Pedro Nuno Santos



Isabel Santos



Sónia Fertuzinhos

VIEIRA DA SILVA

“Este é um orçamento de fim de ciclo”

O PS vai votar contra o Orçamento de Estado (OE) para 2015 porque “se insere numa estratégia que conduziu Portugal a uma grave degradação económica e social e não apresenta soluções para os problemas que o país enfrenta”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, Vieira da Silva, fala dos truques eleitoralistas da maioria de direita, considerando que estamos perante “um orçamento de fim de ciclo”.

J. C. CASTELO BRANCO E MARY RODRIGUES



COMO DEFINE a proposta de Orçamento de Estado para 2015?

Basicamente, esta proposta de OE enquadra-se numa estratégia que foi definida já desde 2011, é uma proposta que carece de níveis aceitáveis de credibilidade, e a credibilidade é o maior valor de um orçamento, e é ainda um orçamento que reconhece claramente as grandes dificuldades económicas que o país continua a atravessar. Portanto, estas são três principais dimensões fundamentais para se definir este orçamento.

Resumindo: este é um orçamento de fim de ciclo e é muito marcado pela consciência que o próprio Governo tem de que este é o último OE que esta maioria vai apresentar.

Pode-se então dizer que este é um orçamento de evolução na continuidade, embora com ligeiros toques de

eleitoralismo?

Sim. Este orçamento não rompe com o quadro orçamental que está em vigor, não mexe substancialmente nos impostos, não mexe nas grandes orientações que foram as deste Governo desde 2011. Não esqueçamos que este é já o 12º orçamento, contando com os orçamentos regulares e rectificativos, apesar de ter obviamente uma preocupação de se adaptar a este clima pré-eleitoral que começamos a viver.

Portanto, pode concluir-se que obviamente o PS votará contra o OE para 2015 na generalidade

O PS obviamente votará contra, porque este orçamento insere-se numa estratégia que conduziu o país a uma situação extremamente difícil de degradação económica e social, não apresenta soluções para os principais problemas que o país enfrenta, nem sequer inverte minimamen-

te o caminho que foi seguido até agora. Por isso, é um orçamento que não pode contar senão com a oposição do PS.

O Governo afirma que neste orçamento vai haver um abrandamento dos impostos, nomeadamente alguns estratos da população, mas ao mesmo tempo há um agravamento da carga fiscal. Como explica esta previsão?

Não é possível afirmar que este é um orçamento de desagravamento fiscal quando a percentagem de impostos sobre a riqueza criada cresce, a carga fiscal previsível é maior em 2015 do que a que está estimada para 2014. No entanto, é um facto e para o PS não custa nada reconhecer que há alguns segmentos de funcionários públicos e de pensionistas que terão uma situação menos desfavorável que no ano anterior, mas isso deve-se não a uma vontade expressa do Governo, mas

sim às decisões do Tribunal Constitucional. Aliás, o Governo no relatório do orçamento mais do que uma vez se queixa das decisões do Tribunal Constitucional.

Face ao atual cenário macroeconómico europeu e mundial nada favorável, o crescimento estimado de 1,5% para a nossa é credível?

É uma previsão pelo menos claramente otimista. E isto porque o Governo prevê nas suas previsões para a economia em 2015 que tudo o que é positivo corre bem e que tudo o que não é tão positivo não corre tão mal. Ou seja, as exportações aceleram, o consumo das famílias acelera, o investimento acelera e as importações desaceleram. O resultado disto é um melhor comportamento macroeconómico. Que credibilidade tem este conjunto de estimativas? Não é muito grande. E isto porque sabemos que quando aumenta o consumo privado,

e o investimento cresce o impacto nas importações dificilmente será de desaceleração. Além de que num quadro em que o investimento caiu brutalmente não seria de esperar mudanças estruturais significativas no nosso tipo de economia.

Este OE não demonstra que o primeiro-ministro é um fanático orçamental a tentar, em ano de eleições, passar por outra coisa, mas não consegue?

Este orçamento demonstra uma coisa que parece bem evidente: é que aquela afirmação do primeiro-ministro, muito conhecida, que não dava muita importância às eleições afinal não era bem assim. E há aqui uma tentativa de apresentar como positivo um orçamento, o que não é tanto assim, já que o primeiro-ministro impôs no OE a continuação de uma política de austeridade. Numa situação de enormes difi-

culdades económicas, com graves riscos, temos um reforço da carga fiscal. Ora, isto não tem outro nome senão o tal fanatismo pela austeridade.

Como comenta o facto de neste OE não haver uma linha sobre o apoio aos mais pobres, ao mesmo tempo que se impõe um teto de 100 milhões de euros para os beneficiários do Rendimento Social de Inserção e Complemento Solidário para Idosos?

Este facto é particularmente revelador de uma opção que tem sido seguida de desvalorização do papel do Estado no combate às desigualdades, designadamente das situações de grande fragilidade social.

O Governo não só faz estimativas de diminuição de despesa nalguns dos principais instrumentos de combate à pobreza, e em particular à pobreza mais dura, como o Rendimento Social de Inserção, o Complemento Solidário para Idosos e o Subsídio Social de Desemprego, e isso é bem evidente, mas também acrescenta uma novidade, confusa e tecnicamente mal explicada, ao admitir que nas prestações não contributivas, que se justificam precisamente nos casos de grande fragilidade social dos beneficiários ou das famílias, seja colocado um limite, fala-se em 500 ou 600 euros, que vai dar uma diminuição da despesa na ordem dos 100 milhões de euros.

Ora, esta verba retirada àqueles que se encontram em situações de maior fragilidade social não é uma verba menor. É um corte que revela pouca transparência, pouca preparação, e acima de tudo que o Governo continua a achar, apesar do enorme agravamento da situação social, que há recursos a mais aplicados no combate à pobreza.

Com esta proposta de OE, quais as perspetivas para o Estado Social?

O Governo tem, ao longo destes últimos anos, de uma forma implícita primeiro e explícita a partir de 2013, um objetivo que é de reconfigurar o nosso Estado Social, de lhe retirar recursos, de o fragilizar, provavelmente para que depois apareça a alternativa da privatização. Trata-se da estratégia que as correntes neoliberais têm de, ao fim e ao cabo, provocar as dificuldades para depois retirarem as ilações.

Estamos, portanto a viver tempos difíceis. Obviamente que há

dificuldades sérias na economia, na sociedade, agravadas por uma situação internacional que não ajuda, mas aquilo que nos espera é um esforço grande de todos aqueles que acreditam no carácter imprescindível do Estado Social para que o possamos defender. É preciso que se diga que não foram as prestações sociais ou o Estado Social que nos levaram ao colapso de setores financeiros, à crise de 2009 e muito menos às políticas de austeridade. Ele é uma vítima dessa crise e dessas políticas.

Cabe oportuno-nos a estas políticas e a estas tentativas e defendermos a dimensão de intervenção social do Estado na nossa vida coletiva, que é muito ampla e que não é substituível.

E há também um agravamento das desigualdades?

Por muito que queiram esconder, esse é um traço que infelizmente tem vindo a marcar o nosso mundo, não apenas Portugal. No nosso país, depois de um período em que houve uma diminuição das desigualdades – muito por ações de diferentes governos do Partido Socialista, embora também por um consenso social que existia sobre a impossibilidade de manter níveis de desigualdade tão elevados –, começámos a ver de novo agravar o fosso entre uma minoria com maiores rendimentos e uma vasta parte da sociedade que está cada vez com mais dificuldades. O OE para 2015 proposto pelo Governo limita-se àquela visão assistencialista e limitada de assegurar os mínimos de apoio a alguns sectores, mas não tem, não entede e não assume as desigualdades sociais como um problema central da nossa sociedade e da nossa economia.

A medida imaginativa do Governo de devolver a sobretaxa de IRS em função do au-

mento da receita fiscal não se destina também a salvar a face de Paulo Portas?

É muito provável, aliás, pelo que tem vindo à luz do dia na Comunicação Social, que esta seja uma solução de compromisso face ao diferendo que, a acreditar no publicado, existiria sobre o caminho a seguir em matéria de carga fiscal.

Assim, esta parece ser a solução que o Governo encontrou. É um pouco como dizer: “nós recebemos agora, alguém pagará depois”.

“Não foram as prestações sociais ou o Estado Social que nos levaram ao colapso de setores financeiros, à crise de 2009 e muito menos às políticas de austeridade”

“O OE para 2015 proposto pelo Governo limita-se àquela visão assistencialista e limitada de assegurar os mínimos de apoio a alguns sectores”

“É preciso que fique claro que o Executivo não pode, com o OE para 2015, definir políticas para o ano seguinte”

“É o próprio Governo a assumir que aquilo que era considerado o trajeto pos-período de assistência financeira não está de facto a funcionar”

Por outras palavras, o Executivo não abre mão da sobretaxa do IRS e depois, se tudo correr bem, nomeadamente se as suas estimativas estiverem bem feitas, se a carga fiscal ainda for maior do que aquela que está prevista, então haverá lugar à devolução, em 2016.

É preciso que fique claro que o Executivo não pode, com o OE para 2015, definir políticas para o ano seguinte.

Por muito imaginativa que esta ideia possa ser, ela não pode fingir que é possível comprometer o próximo Governo com as linhas orientadoras desta maioria. Isso não é aceitável nem sério, é apenas um truque.

Porque é que o PS considera que este OE apresenta sérios riscos de estagnação económica?

Toda a política que o Governo da maioria seguiu desde 2011 baseou-se no princípio de aplicar

uma receita de austeridade dura, severa e muito superior àquela prevista no memorando da tripla, no pressuposto de que, depois disso, viria um período de recuperação económica quase natural.

Alegadamente, a economia ia recuperar e ia regenerar-se baseada num novo modelo puxado pelas exportações, voltando à trajetória de crescimento.

O que verificamos hoje é que o próprio Governo reconhece que esse modelo não está a

funcionar.

É que, quando o Executivo assume pela primeira vez que não vai cumprir a meta do défice, estamos perante o reconhecimento claro da debilidade da recuperação económica, que se evidencia ainda mais quando ouvimos os responsáveis governativos dizer que só se poderia ir mais longe com mais cortes.

Apesar disto, não se está a levar em linha de conta alguns sinais evidentes

que podem vir, inclusivamente, a agravar a nossa situação. Falo dos indicadores do Banco de Portugal, dos problemas do sector financeiro, da situação económica internacional, dos riscos de uma crise económica europeia... Mas, mesmo sem isso, é o próprio Governo a assumir que aquilo que era considerado o trajeto pós-período de assistência financeira não está de facto a funcionar.

Que leitura faz do facto de a Educação ter o maior corte (menos 700 milhões) e a Defesa o maior aumento de dotação?

O Governo vai ter de explicar muito bem aos portugueses como é que, conhecendo aquelas que são as dificuldades que atravessam o nosso sistema educativo, a Educação foi, ainda assim, uma das áreas-chaves para a redução da despesa.

É incompreensível e é mais um

sinal de que, também nesta área importantíssima, o Governo tem uma estratégia de degradação dos serviços públicos para mais tarde, provavelmente, fazer vingar um modelo que apresentou. Mais do que comentar os acréscimos de outras áreas, é preciso identificar este sinal muito claro de que o Executivo não percebeu que foi esta política que levou ao falhanço que temos tido na Educação, que é simplesmente uma área na qual não podemos falhar porque os erros e retrocessos que nela se verificarem não se corrigem ou apagam de um ano para o outro, eles deixam marcas e têm efeitos prolongados que afectam gerações.

Infelizmente, estamos a viver um retrocesso num sector que é decisivo para as condições de vida dos portugueses, para o combate às desigualdade, no fundo, para o desenvolvimento do país.

A chamada fiscalidade verde não será apenas um conjunto de medidas avulso para aumentar receita, já que não há um verdadeiro plano de desenvolvimento sustentado em matéria ambiental?

O Governo cometeu dois erros de grande dimensão. um deles é ter apresentado um orçamento e, ao mesmo tempo, ter discutido em Conselho de Ministros um pacote de alterações no IRS e outro da chamada fiscalidade verde, porque se torna evidente que se estas alterações fossem para valer tinham de ter reflexo no OE.

O segundo erro é que a fiscalidade verde aparece aos olhos dos cidadãos como o que vai pagar as pequenas benesses que o Governo quer dar em sede de IRS. Ora, isto não é aceitável, porque as mudanças da fiscalidade verde têm de se justificar por si próprias e não serem entendidas como uma área que está à mão de semear para pagar o alívio fiscal.

A fiscalidade deve ter uma forte vertente de responsabilidade ambiental, mas esta área fica maculada e ferida com esta imagem dada pela maioria segundo a qual as mudanças apresentadas são para ir buscar o dinheiro que se vai colocar disponível para o IRS.

Esta é, por isso, uma má solução e uma má ideia que, acredito, nem mesmo entre os membros do Governo encontre muitos entusiastas. ■



Orçamento de um Governo esgotado

A proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2015 é um instrumento de continuidade e de “esgotamento do país”. Por isso, o PS anunciou que vai votar contra.

A GARANTIA foi dada pelo líder parlamentar do PS, Ferro Rodrigues, que no final da reunião com os ministros das Finanças e dos Assuntos Parlamentares considerou que o Orçamento para 2015 “continua a ser de continuidade, próprio de um Governo esgotado”.

Para Vieira da Silva, vice-presidente da bancada socialista, são três as razões que justificam o voto contra do PS: “Trata-se de um OE que mantém o agravamento da carga fiscal, volta a penalizar os sectores mais fragilizados e as classes médias e tem um grave problema de credibilidade interna”.

Também as estimativas em relação ao crescimento económico apontadas pelo Governo merecem críticas dos socialistas, classificando-as como “pouco credíveis”, designadamente quando no OE se estabelece o fim da cláusula de salvaguarda do IMI, os tetos para as prestações sociais não contributivas ou, ainda, os “riscos sérios” para os serviços públicos, com os

cortes previstos na Educação.

Para o PS, é inevitável que o défice em 2015 passe dos 2,5% previstos no Documento de Estratégia Orçamental, para 2,7% do produto, uma vez que, como defende, se o défice se conservasse nos 2,5%, “seriam necessários ou novos cortes na despesa, ou mais aumentos nos impostos”.

Quanto à intenção manifestada pelo primeiro-ministro de chegar a um acordo com

o PS em torno de uma reforma do IRS, trata-se, para Vieira da Silva, de uma proposta “extemporânea”, sobretudo “quando estamos a menos de um ano de eleições legislativas”.

Para o ex-ministro da Economia, “este não é o momento para o PS aderir a este tipo de iniciativas”, recordando que durante

mais de três anos o PS foi sistematicamente ostracizado pelo Governo.

Um OE virtual

Vários economistas têm vindo a público defender que em muitos aspetos este vai ser um Orça-

mo que o vai fechar.

E lembram que o Executivo de Passos Coelho nunca acertou no valor do défice, que foi sempre superior ao projetado. A dívida ronda hoje os 135% do produto, 40% acima do momento em que a troika foi chamada.

Para o PS, uma economia sustentável tem de apresentar dados saudáveis. Haver procura com uma repartição de rendimentos justa, valorizar o trabalho e o emprego e

ter um Estado capaz de apostar na coesão social e não entregar a riqueza a quem não a produz. A argumentação da ministra das Finanças, segundo a qual o IRS poderá baixar na proporção do combate à fraude e evasão e cujos efeitos apenas poderão surgir em 2016, não oferece grandes garantias, uma vez que

o Estado, mesmo que venha a obter mais receita, não garante, diz o PS, que devolva aos contribuintes alguma coisa.

É por isso que esta medida inédita de querer criar um crédito fiscal em 2016, com base em ganhos de eficiência na cobrança de impostos ao longo de 2015, anunciada pela ministra das Finanças e pelo primeiro-ministro, ou seja, indexar a redução da sobretaxa do IRS ao aumento da receita fiscal, se afigura estapafúrdia, mais que não seja por pretender condicionar a margem de um futuro Governo socialista na construção do Orçamento.

O que fica provado para o PS é que os portugueses, com este OE, não se vão ver livres da sobretaxa do IRS em 2015 nem que seja apenas numa pequena percentagem.

Parece pois cada vez mais evidente que os contribuintes continuam sem nenhuma garantia de que em 2016 a sobretaxa extraordinária do IRS baixe ou desapareça. ■ **R.S.A.**

OE DA DIREITA
ESTAGNAÇÃO NA
CONTINUIDADE



Comissão Nacional confirma data das diretas e do congresso

A COMISSÃO Nacional do PS, reunida no dia 14, no Hotel Altis, aprovou por unanimidade o regulamento do próximo Congresso Nacional, já agendado para 29 e 30 de novembro, no Parque das Nações, em Lisboa, estando as eleições diretas para o cargo de secretário-geral marcadas para os dias 21 e 22 desse mesmo mês.

Já a Comissão Organizadora do Congresso (COC), que será presidida por Joaquim Raposo, foi aprovada por larga maioria, com 143 votos a favor e 38

brancos.

Não tendo havido qualquer intervenção política nesta Comissão Nacional, a presidente do PS, Maria de Belém, que conduziu os trabalhos, anunciou que em breve se realizará uma Comissão Política.

Essa Comissão Política Nacional do PS, ainda sem data marcada, deverá ser aberta a todos os deputados e terá como ponto principal da ordem de trabalhos a análise à proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2015. ■



MARIA DE BELÉM ABANDONA PRESIDÊNCIA

Maria de Belém Roseira, secretária-geral em exercício devido à demissão de António José Seguro, anunciou a sua intenção de abandonar as funções de presidente do PS.

"Já transmiti ao dr. António Costa que não pretendo continuar", afirmou Maria de Belém aos jornalistas antes da reunião da Comissão Nacional, adiantando que nestes cargos partidários "é sempre bom que haja renovação".



COSTA APRESENTA CANDIDATURA A LÍDER DO PS

António Costa anunciou na Comissão Nacional que apresentará no dia 6 de novembro a sua candidatura a secretário-geral do PS

Marcos Perestrello aponta nuvens negras sobre a PT

O deputado socialista Marcos Perestrello criticou veementemente o facto de as autoridades públicas relacionadas com a redução da posição da Portugal Telecom no capital da Oi se terem recusado a assumir publicamente as responsabilidades associadas ao seu sentido de voto na sequência da fusão destas empresas.



MARCOS Perestrello falava do plenário da Assembleia da República, no passado dia 8 de outubro, altura em que questionou as razões pelas quais no site da Portugal Telecom não constava o sentido de voto dos acionistas na assembleia geral de 8 de setembro, nomeadamente, o dos acionistas que dependem de autoridades públicas.

Perestrello avisou então que "nuvens negras pairam so-

bre a Portugal Telecom", lembrando a desvalorização que a empresa sofrera no espaço de pouco tempo.

"Estamos a assistir a um processo de colapso de uma das empresas que poderia ser classificada como uma joia da República. Esta empresa que tem um historial de investimento público que é, até hoje, superior ao investimento privado que nela foi feito", referiu, sublinhando que a grande

questão que se coloca agora é saber "como é que foi possível ao Estado e a este Governo abdicar a troco de nada da *golden share* que tinha naquela empresa quando, mesmo que a legislação comunitária o obrigasse a tal, essa mesma legislação comunitária prevê mecanismos alternativos de defesa do interesse público e defesa dos interesses estratégicos do Estado".

"O Governo abdicou da *gol-*

den share, mas também desses mecanismos alternativos", criticou, apontando que "o interesse estratégico que estava subjacente à fusão com a OI era a criação de uma grande operadora lusófona", mas que "uma das primeiras medidas conhecidas publicamente da Oi foi precisamente a venda da Africa Tel, retirando a Portugal Telecom do mercado africano de língua portuguesa".

A finalizar, o deputado do PS declarou: "Estamos a assistir a uma ação com contornos muito graves. Podemos tentar procurar responsabilizar, e têm com toda a certeza responsabilidades neste processo, os gestores e os administradores desta empresa, mas não podemos esconder a responsabilidade daqueles que, escondidos atrás das moitas, também as têm neste processo". ■ **M.R.**

JORNADAS PARLAMENTARES DO PS/AÇORES

Vasco Cordeiro critica insistência na austeridade

O presidente do PS/Açores e do Governo Regional, camarada Vasco Cordeiro, lamentou, no dia 24 de outubro, que o Executivo Passos/Portas insista “teimosamente” na mera austeridade, defendendo que faltam “claramente” políticas direcionadas para o crescimento económico.



VASCO CORDEIRO falava em Ponta Delgada, como presidente do PS/Açores, na abertura das jornadas da bancada socialista no parlamento regional, dedicadas ao plano de investimento público e orçamento para 2015 do Executivo açoriano. Estes documentos, salientou o líder do PS/Açores, reforçam “os instrumentos que podem fomentar a recuperação económica” nas ilhas, dão uma “atenção redobrada” à área social e fazem “a defesa” do “ativo valio-

síssimo que os Açores têm”, que é o “equilíbrio” das suas contas públicas.

“Tudo isto é feito numa conjuntura nacional em que teimosamente se persiste em medidas de austeridade que tornam ainda mais difícil e exigente o trabalho que aqui fazemos nos Açores”, disse Vasco Cordeiro, reiterando que “a conjuntura e as políticas desenvolvidas pelo Governo da República pesam muito na situação das famílias e das empresas dos Açores”.

Para o presidente do Governo açoriano, o país vive “uma conjuntura em que claramente o que faltam são medidas direcionadas para o crescimento económico, para a criação de emprego”, para que a economia nacional possa criar condições que ajudem a região a ultrapassar a situação atual.

“Não nos perguntemos apenas se estamos ou não a ser afetados por uma situação de crise. A pergunta é se temos ou não um governo aqui nos Açores que até

ao limite das suas competências e dos seus recursos está a trabalhar para ultrapassar essa situação e aumentar o apoio às famílias e às empresas”, afirmou, explicando que o aumento em 11% do investimento público regional ou das dotações para os apoios à infância, juventude e terceira idade, em 2015, ajudam a responder a essa questão.

Revitalização da economia do arquipélago

A nível regional, salientou que

o plano de investimento para 2015 se insere numa “conjuntura em que é possível salientar a resolução de alguns aspetos” que contribuem também para a “revitalização” da economia do arquipélago: a liberalização das ligações aéreas ao continente, o desbloqueamento de processos de empreendimentos turísticos que estavam parados há anos ou os “sinais muito interessantes” de recuperação do setor cooperativo nas ilhas do Pico e de São Jorge. ■ **J. C. C. B.**

PARLAMENTO MUNDIAL

Rosa Albernaz defende ingerência em defesa da dignidade da pessoa humana

OS PRINCÍPIOS fundamentais de não ingerência nos assuntos internos das nações e da soberania, “longe de serem ainda dogmas inultrapassáveis”, podem “conhecer limites”, desde que “ao serviço dos fins da comunidade internacional”, afirmou recentemente a deputada Rosa Maria Albernaz, em Genebra.

Ao intervir na Comissão Permanente Democracia e Direitos Humanos da 131ª Assembleia da União Interparlamentar, Rosa Albernaz considerou que “a evolução positiva do Direito Internacional no século XX foi também determinantemente marcada pelo aparecimento

de um verdadeiro direito internacional de proteção dos direitos humanos, de um crescente desenvolvimento no plano global e no plano regional de instrumentos de proteção dos indivíduos e dos seus direitos e da afirmação desta preocupação como indispensável a um sistema de direito internacional assente em valores inspirados na dignidade da pessoa humana”.

Tomando como exemplo as opções recentes nalguns países africanos de criminalizar, punir com pena de morte e perseguir a população homossexual, a parlamentar socialista defendeu que a comunidade interna-

cional “não pode ficar desatenta e abster-se de agir, devendo, através dos meios de pressão comercial e económica ao seu dispor, traçar a linha entre o aceitável e o inaceitável”.

“Os direitos humanos são hoje parte integrante do núcleo do Direito Internacional. Saibamos tirar as ilações necessárias desse facto e estar preparados para recusar a discriminação, a humilhação e a perseguição de quem apenas se limita a querer viver de acordo com a sua identidade, ou seja, com a dignidade da pessoa humana”, sustentou. Refira-se que a deputada Rosa Maria Albernaz participou na



reunião do Parlamento Mundial – UIP, que decorreu entre os dias 11 e 21 de Outubro em Genebra, na qual intervirá sobre «A soberania nacional, não-ingerência nos assuntos internos dos estados e dos direitos humanos no direito internacional».

Rosa Albernaz esteve também presente no encontro mundial de Mulheres Parlamentares e, tendo sido eleita mediadora do conflito Chipre/Turquia, reuniu-se com os parlamentares destes dois países sobre a continuação das negociações para a paz entre os mesmos. ■ **M.R.**



Nuno Crato está a mais

Perante o caos que se instalou no início do ano letivo com a colocação de professores, o PS, pela voz do deputado Marcos Perestrello, defendeu que o ministro da Educação não tem mais margem para continuar no cargo.

SE NUNO CRATO não assumir as suas responsabilidades, saindo pelo seu próprio pé, sustentou ainda o deputado socialista, resta ao primeiro-ministro demiti-lo da pasta da Educação, por "manifesta incapacidade para liderar o Ministério da Educação". Se tal não acontecer e se Passos Coelho insistir na permanência de Crato fica claro, sustentou Marcos Perestrello, não só que o primeiro-ministro não encontra ninguém disposto para o substituir, como evidencia o que há muito os portugueses já sabem: que este Governo e esta maioria se encontram num "processo adiantado de degradação acelerada". "É preciso que este Governo e particularmente o ministro saibam assumir os seus erros e retirar daí as devidas consequências", considerou, lembrando que a equipa de Nuno Crato "não tem o direito de escaqueirar a escola pública". Marcos Perestrello garantiu dispor de dados concretos de

autarquias da área metropolitana de Lisboa norte, onde ainda faltarão colocar cerca de 600 professores, numa altura em que passa mais de um mês desde o início do ano letivo. Também o vice-presidente da bancada socialista José Junqueiro apontou o dedo ao Ministério da Educação, acusando Nuno Crato de ser o principal responsável pelo início do ano letivo caótico, com escolas sem professores e professores sem escola, lamentando que o titular da pasta da Educação, "depois de um surto de arrogância", tivesse ido ao Parlamento, "pela força dos factos", fazer o seu "teatro com um pedido de desculpas mal ensaiado".

PS/Cantanhede reclama junto do ME

A trapalhada com a colocação de professores e de auxiliares nas escolas do concelho de Cantanhede levou o PS local a escrever uma carta a Nuno Crato onde, depois de manifestar a sua solidariedade para

com os pais e encarregados de educação, exige que o ministro da Educação reponha o normal funcionamento do Centro Educativo de Ançã. Os socialistas lembram que os problemas se têm vindo a avolumar ano após ano, tendo atingido neste começo de ano letivo o ponto de rutura com a falta de auxiliares para apoio às atividades letivas, turmas com alunos de necessidades educativas especiais sobredimensionadas e turmas no jardim de infância sobrelotadas. Exigem, por isso, que sejam "rapidamente" contratados mais recursos humanos para fazer face às muitas carências existentes, bem como o necessário desdobramento de outra turma no jardim-de-infância. Os socialistas de Cantanhede garantem não estar dispostos a aceitar que o Governo do PSD/CDS destrua a escola pública, repudiando o que consideram ser um "ataque" a um dos "direitos fundamentais consagrados na Constituição". ■ **R.S.A.**



**AINDA
NÃO HÁ
AULAS**
ODETE JOÃO

“ A forma como o ministro Nuno Crato e o seu secretário de Estado, João Casanova, tratam os docentes é degradante e revela uma total insensibilidade social, para além de irresponsabilidade política

O ministro Nuno Crato conquistou, pelas razões por que menos esperava, um lugar de destaque na História Contemporânea da educação em Portugal, como o ministro que mais contribuiu para a degradação da estabilidade na escola pública. Provocou, também, ruturas difíceis de sanar na confiança que o Estado deve merecer aos portugueses, rivalizando com outros colegas de Governo.

Seis semanas depois de o ano letivo ter começado, existem, ainda, muitos alunos sem professor. Tudo isto acontece devido à enorme trapalhada com as colocações de docentes, protagonizadas pelo ministro e pelo secretário de Estado, numa saga sem fim à vista. Pior deve ser difícil de fazer!

O historial de erros, omissões, atrasos e confusões na colocação de professores é uma marca deste Governo. Em 2011, foram os problemas com a plataforma informática. Em 2012, a anulação das colocações da oferta de escola. Em todas as situações, a equipa ministerial procurou de forma despudorada imputar as responsabilidades aos diretores das escolas.

A propalada e propagandística política do "rigor" de Nuno Crato transformou-se num símbolo da incapacidade política e da anarquia institucionalizada.

A forma como o ministro e o seu secretário de Estado, João Casanova, tratam os docentes é degradante e revela uma total insensibilidade social, para além de irresponsabilidade política. Face às atoardas no concurso de professores, o ministro começou por ensaiar um pedido de desculpas e, depois, acabou a jogar com os tempos verbais, para descartar responsabilidades. A promessa, por parte do Ministério, de eventual indemnização aos professores lesados, nunca os irá ressarcir do sofrimento, da instabilidade pessoal e familiar por que passaram. E é preciso não esquecer que o secretário de Estado aconselhava os mesmos docentes a recorrer para as instâncias judiciais, com total desfaçatez.

Todavia, e perante o apego ao poder de Crato e Casanova, o mais improvável acabou por vir a acontecer, demitiu-se o secretário de Estado, João Grancho, e um diretor-geral.

O secretário de Estado era uma inexistência política e o elo mais frágil dos responsáveis pelo desastre nacional na educação. Os verdadeiros teóricos e responsáveis políticos pela caótica política educativa continuam em funções, à espera que se esqueçam que eles existem, para continuarem o desmando contra a escola pública. Uma coisa é certa, os problemas estão longe de estarem resolvidos e torna-se cada vez mais premente uma mudança política, para garantir a dignidade institucional da escola pública, assegurar a todos o acesso à educação e promover a construção do Ofuturo em Portugal. ■

O dia seguinte

ISABEL COUTINHO*



O PARTIDO Socialista uma vez mais mostrou ao país a força e o dinamismo que tem, com apresentação de um processo de abertura total aos cidadãos, na realização de eleições primárias, no passado dia 28 de setembro.

Quero, naturalmente, felicitar o camarada António Costa pela sua inequívoca vitória, desejando-lhe assim votos de um bom trabalho. Pois todas e todos nós contamos com o seu empenho e dedicação na afirmação do PS, enquanto alternativa do Governo.

Passado que está ato eleitoral, é tempo agora de nos concentrarmos no trabalho e debruçarmo-nos sobre as teses que marcam a nossa bandeira: Liberdade, Igualdade e Solidariedade. Neste sentido, o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) vai continuar a participar com a sua voz ativa na apresentação de propostas para a resolução dos problemas do nosso país. Um dos aspetos mais relevantes que continuaremos será a questão da natalidade. A este propósito lembro o périplo que o DNMS fez por todo o país, no sentido da auscultação das necessidades mais prementes sobre este mesmo tema.

A natalidade continua a ser uma das nossas grandes prioridades, tendo em conta que a sua tão baixa taxa, contribui para o envelhecimento da população, trazendo problemas transversais muito relevantes e que a todas e a todos tocam. Nestes tempos de crise económica mostra-se ainda mais substancial e urgente o apoio à natalidade e às famílias.

Outra das grandes preocupações do DNMS prende-se com os casos de violência doméstica, que diariamente nos são apresentados com números assustadores. Importa, pois, refletir sobre este flagelo. Não esqueçamos que a violência contra as mulheres é um dilema diário, crónico, e que precisa de ser encarado imediatamente. Nós, enquanto Mulheres Socialistas, lutaremos pela criação de um modelo de classificação de risco para as vítimas de violência doméstica, que ajude a legitimar a atuação das forças de segurança. Trabalharemos na área da formação dos profissionais de saúde. Procuraremos soluções legislativas para a questão da habitação e o apoio às vítimas em situação de emergência. Temos de ter presente em mente que, a cada uma hora que passa, uma mulher pode estar a ser vítima, acabando muitas das vezes por ser assassinada.

A formação a vários níveis é também uma das nossas apostas. Manteremos o desenvolvimento de ações de formação que vão de encontro às expectativas das pessoas com iniciativas de sensibilização e educação. Queremos apresentar propostas claras e evidentes que visam a conquista de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, onde todas possamos lutar pela nossa essência e pelo exercício dos nossos direitos numa plena e efetiva cidadania.

Naturalmente que o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas está, como sempre esteve, disponível para continuar a contribuir com propostas para o PS e para o país.

Este é o nosso grande desafio. Todas juntas continuaremos o nosso caminho e a elevar o DNMS. Pelo futuro do país! Por Portugal!

* Presidente do DNMS e candidata ao PE



António Costa alerta Assimetrias minam coesão

Afirmar que a crise do euro está ultrapassada é estar a enganar as pessoas, advertiu António Costa numa conferência do Grupo Socialista do Comité das Regiões do Parlamento Europeu, em Belém.

PARA António Costa, a crise da zona euro nunca poderá ser ultrapassada sem a correção das assimetrias que estão na origem da moeda única, ao invés, disse, do que defende "a corrente conservadora". O candidato socialista a primeiro-ministro não deixou de elogiar as posições assumidas por Jean-Claude Juncker, quando este defendeu uma União Europeia portadora de um "tríplice A" social e não apenas financeiro, em contraponto à política de austeridade defendida por

Berlim, assim como recentes medidas tomadas pela Grã-Bretanha ao nível da imigração.

Costa não tem dúvidas de que a resposta certa ao desafio que se coloca à Europa não é insistir na austeridade, nem limitar a liberdade de circulação, mas "garantir um sucesso partilhado na mobilidade entre os próprios migrantes, as regiões onde vão criar riqueza e as suas regiões de origem".

A resposta, como realçou, passa sobretudo pela "cor-

reção de assimetrias que minam a coesão e acentuam a divergência".

O candidato do PS a primeiro-ministro aconselhou os europeus a não se deixarem embalar "por uma nova ilusão", baseada na verdade de conveniência, de que a crise da zona euro está ultrapassada, porque enquanto não "corrigirmos os efeitos assimétricos com o euro sobre a competitividade das nossas economias só estaremos a acentuar a divergência e a fragilizar a coesão". ■ **R.S.A.**

PS quer ouvir Machete no Parlamento

O GRUPO Parlamentar do PS requereu com carácter de urgência e de forma potestativa a presença do ministro dos Negócios Estrangeiro numa audição parlamentar à porta fechada.

Esta exigência do PS vem na sequência das declarações à Rádio Renascença de Rui Machete sobre os portugueses que lutam pelo chamado Estado Islâmico, e que já manifestaram o desejo de regressar a

Portugal.

A direção do Grupo Parlamentar do PS, pela voz do deputado Marcos Perestrello, considerou estas afirmações de profundamente "irresponsáveis", salientando tratar-se de divulgação de informações sigilosas que poderão por em causa a estratégia de investigação das alteridades portuguesas.

Recorde-se que Rui Machete, para além de ter revelado

que há "dois ou três, sobretudo raparigas, que se deixaram encantar pelo entusiasmo dos noivos ou por um espírito de aventura, e que agora estão a querer voltar" a Portugal, divulgou ainda que haverá entre "12 a 15 portugueses no Estado Islâmico".

Para Marcos Perestrello, estas declarações, para além de invocarem uma "enorme gravidade", constituem uma "irresponsabilidade". ■ **R.S.A.**

NOVO LIVRO DE GLÓRIA REBELO

“Estado Social e Austeridade”

A livraria Bertrand, nas Amoreiras, foi palco da sessão de apresentação do novo livro de Glória Rebelo, “Estado Social e Austeridade”, que teve como oradores o ex-reitor da Universidade Clássica de Lisboa Sampaio da Nóvoa e o deputado e presidente da FAUL, Marcos Perestrello. Uma obra de leitura obrigatória. **J.C. CASTELO BRANCO**



NA APRESENTAÇÃO do livro, que reúne 50 textos do tempo da austeridade publicados nos principais jornais de referência portugueses sobre temas como a segurança social, o trabalho e o emprego, os serviços públicos, a demografia e a Europa, entre outros, Marcos Perestrello começou por afirmar que “há quem diga que a crise que sofremos constitui um ‘crime perfeito’. Perfeito porque aqueles que a causaram são os beneficiários dela e perfeito porque as suas vítimas são apresentadas como os seus culpados”.

Na sua intervenção marcada por uma crítica contundente aos efeitos nefastos e devastadores ao nível económico e social do chamado “pensamento único” erigido como ideologia dominante e que classificou de “totalitarismo económico”,

o camarada Marcos Perestrello defendeu que “a resistência a esta ameaçadora forma de totalitarismo tem de começar pela contestação dos seus fundamentos, princípios e métodos”.

Ou seja, explicou, “precisamos de pensar de outra maneira para agir de forma diferente”, tal como, frisou, é disso exemplo o livro de Glória Rebelo.

Para o dirigente socialista, “os próximos tempos vão ser decisivos para escolhermos o nosso futuro”. E, por isso, sublinhou, “ou persistimos na ideologia da austeridade, da desigualdade, do empobrecimento e do declínio, ou afirmamos uma alternativa inspirada nos valores éticos, políticos e culturais que o livro de Glória Rebelo reflete”.

Por sua vez, o professor universitário Sampaio da Nóvoa disse que a palavra “austeridade” tem

dois significados, explicando que concorda com o conceito de austeridade enquanto poupança inteligente, crítica à sociedade de consumo e à exploração selvagem de recursos. “Não podemos viver no século XXI como vivemos no século XX”, disse.

“Mão invisível” e redução de direitos

Por outro lado, Sampaio da Nóvoa afirmou não concordar com a “austeridade” enquanto “opção política”, que se traduz uma conceção minimalista do Estado, crítica permanente ao Estado Social, numa crença quase cega nos mercados, na mão invisível, na competitividade feita de redução de direitos”.

Na sua intervenção, o docente universitário defendeu “o reforço do papel do Estado, embora necessitando de uma reorganização de forma a torná-lo mais

50

É o número de artigos de opinião reunidos neste livro e que foram publicados entre 2011 e 2014 nos jornais “Expresso”, “Público” e “Diário de Notícias”

eficiente”, e insurgiu-se contra “o retrocesso” registado nos últimos três anos em todos os graus de ensino e na ciência”. “Não podemos aceitar recuos no conhecimento e na ciência”, disse, já que, sustentou, “podem pôr em causa qualquer projeto de desenvolvimento sustentável para Portugal”.

Falta de equidade social

Já Glória Rebelo, um dos quadros mais clarividentes e inter-

ventivos do nosso partido, fechou a sessão com uma breve intervenção centrada na defesa do “papel fundamental” do Estado como promotor de uma maior justiça social.

Lembrando que há 38 anos que a Constituição consagra relevantes direitos sociais e laborais e a modernização do país, a autora do livro afirma que “o Estado Social está a ser questionado por fortes cortes” que “põem em causa o nosso modelo de sociedade”.

Para Glória Rebelo, a crise financeira internacional de 2007/2008 veio “amplificar o problema da falta de equidade social” e “flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho”, sendo necessário inverter esta realidade através de políticas públicas que assegurem a criação de emprego e mais coesão social. ■



“A pessoa humana é o bem supremo da nossa ordem jurídica”

GLÓRIA REBELO

“Glória Rebelo fala-nos do tempo da austeridade, um tempo de crise e de desnorte, de retrocesso e de desorientação. Mais do que nunca precisamos de manter um rumo, uma visão de futuro que nasce do exercício de pensar, de discutir, de encontrar alternativas”

SAMPAIO DA NÓVOA

“Nos seus textos, Glória Rebelo põe o dedo na ferida da democracia, pensando acompanhada de pensadores como Hannah Arendt ou António Sérgio. Ao invocá-los, afronta, desde logo, o pensamento único dominante na esfera política e mediática”

MARCOS PERESTRELLO

JOAQUIM RAPOSO PRESIDE À COC

O antigo presidente da Câmara Municipal da Amadora, camarada Joaquim Raposo, foi eleito de novo presidente da Comissão Organizadora do Congresso (COC) na última Comissão Política do PS.

Recorde-se que Joaquim Raposo, membro do Secretariado de António José Seguro, já presidiu à COC em duas reuniões magnas socialistas anteriores.

O XX Congresso do Partido Socialista realiza-se, em Lisboa, a 29 e 30 de novembro. ■



COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO



Joaquim Raposo
PRESIDENTE



Pedro Vaz



Acácio Pinto



Sónia Sanfona



Maria da Luz Rosinha



José Manuel Mesquita



Castro Fernandes



PARTIDO SOCIALISTA

XX CONGRESSO

FIL | PARQUE DAS NAÇÕES | LISBOA

29 E 30 DE NOVEMBRO